

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.547 - PR
(2020/0251916-3)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : A C Q J
ADVOGADO : HERCULES LUIZ - PR020099
EMBARGADO : S A C N D E S
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - PR088898

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por A C Q J em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Ocorre eminente magistrado, com todas as vênias, que a matéria, de fato, não encontra óbice na citada Súmula 284/STF, pois, diferentemente da fundamentação, a exata compreensão da controvérsia, assim como seu enquadramento no que se refere a incumbência dos ônus probatórios fixados no artigo 373 do Código de Processo Civil, estão perfeitamente delineados no Recurso Especial e também nas razões do Agravo em análise.

[...]

Além disso, na farta coletânea de julgados desse Superior Tribunal de Justiça, percorrida no recurso para demonstrar o dissídio jurisprudencial – art. 105, alínea “c”, da Constituição Federal, destacou-se a necessária aplicação do artigo 373 do CPC, o que não foi observado pela Corte Estadual (fls. 1.070-1.072).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente